

SIMULADO DE

ADVOGADO DO SENADO FEDERAL



Estratégia
Carreira Jurídica

INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é focada no concurso do Senado Federal;
- 2 – A prova contém **200 questões** cobrando assuntos de **Conhecimentos Específicos**;
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores, com base no perfil das últimas bancas organizadoras de certames;
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões;

PREENCHA O GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-Advogado-Senado-Federal-16-08-20>

Cartão de Respostas												
1	21	41	61	81	101	121	141	161	181			
2	22	42	62	82	102	122	142	162	182			
3	23	43	63	83	103	123	143	163	183			
4	24	44	64	84	104	124	144	164	184			
5	25	45	65	85	105	125	145	165	185			
6	26	46	66	86	106	126	146	166	186			
7	27	47	67	87	107	127	147	167	187			
8	28	48	68	88	108	128	148	168	188			
9	29	49	69	89	109	129	149	169	189			
10	30	50	70	90	110	130	150	170	190			
11	31	51	71	91	111	131	151	171	191			
12	32	52	72	92	112	132	152	172	192			
13	33	53	73	93	113	133	153	173	193			
14	34	54	74	94	114	134	154	174	194			
15	35	55	75	95	115	135	155	175	195			
16	36	56	76	96	116	136	156	176	196			
17	37	57	77	97	117	137	157	177	197			
18	38	58	78	98	118	138	158	178	198			
19	39	59	79	99	119	139	159	179	199			
20	40	60	80	100	120	140	160	180	200			

PROVA OBJETIVA**LÍNGUA PORTUGUESA, LITERATURA
NACIONAL E REDAÇÃO**

Felipe Luccas

TEXTO I

Desde a Roma Antiga, o Senado desempenha a função de analisar e deliberar a respeito de projetos e ações propostos para o país. Até hoje, essa continua sendo sua principal atribuição. Os senadores são representantes de suas unidades federativas (estados e Distrito Federal) eleitos pelo voto popular. O mandato do senador é o mais longo entre os cargos políticos, com 8 anos de duração e possibilidade de reeleição. Cada unidade federativa elege três senadores, alternadamente: um ou dois a cada quatro anos.

Entre suas atribuições, destacam-se as mais importantes: aprovar os limites da dívida pública proposta pela União; fiscalizar as ações e aprovar projetos que vêm da Câmara de Deputados — o Senado é a última instância da votação de projetos de lei, antes de serem sancionados pelo presidente —; avaliar indicações para cargos importantes, como de diplomatas que vão representar o Brasil no exterior, o de diretor do Banco Central, o ministro do Supremo Tribunal Federal e outros; integrar comissões permanentes (Direitos Humanos, Assuntos Econômicos, Meio Ambiente, por exemplo) ou temporárias para discutir projetos e apresentar soluções que interessem ao bem comum; propor leis, emendas e alterações na Constituição. Os projetos são analisados em comissão e posteriormente levados para avaliação em plenário, onde todos os senadores podem fazer suas observações e propor alterações.

Ademais, os senadores possuem competência judiciária atípica: cabe ao Senado julgar crimes de responsabilidade cometidos pela Presidência da República, Supremo Tribunal Federal (STF), Procuradoria Geral da República (PGR) e Conselho Nacional de Justiça (CNJ). No caso de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, a última palavra foi dos senadores.

<https://www.guiadacarreira.com.br/profissao/o-que-faz-um-senador/>

Considerando os aspectos estruturais e linguísticos do texto I, julgue os itens a seguir.

01. Os senadores representam seus respectivos entes federativos.

02. Infere-se do texto que o Senado possui competências legislativas, administrativas e judiciárias.

03. De acordo com o texto, um mandato de senador pode durar até 16 anos.

04. A conjunção “ou” (1º parágrafo) possui valor exclusivo.

05. O segundo parágrafo é predominantemente estruturado em forma de enumeração marcada por ponto e vírgula, com intercalações internas.

06. No primeiro parágrafo, os termos “analisar” e “deliberar” foram utilizados como sinônimos.

07. Entre as atribuições do Senado, está a indicação de cargos como diretor do Banco Central e ministro do Supremo Tribunal Federal.

08. O sujeito de “julgar” (3º parágrafo) é o termo “Senado” e classifica-se como simples.

09. Manteria a correção gramatical a supressão do ponto e vírgula imediatamente anterior a “avaliar” (2º parágrafo).

10. De acordo com o texto, o cargo público mais longo previsto no ordenamento jurídico brasileiro é o de Senador.

TEXTO II

Em 2018, o Brasil saiu das eleições com resultados claramente influenciados por uma pauta anticorrupção. O elevado índice de renovação política se deu com a vitória de candidatos que tinham baseado suas campanhas em fortes discursos anticorrupção.

O país, no entanto, atravessou 2019 sem conseguir aprovar reformas que atacassem de fato as raízes do problema. Poucos avanços e retrocessos em série aconteceram no arcabouço legal e institucional anticorrupção do país. No último ano, por exemplo, uma decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) que praticamente paralisou, durante metade do ano, o sistema de combate à lavagem de dinheiro do Brasil.

Viu-se ainda um aumento das tentativas de interferência política do Palácio do Planalto nos órgãos de controle, com substituições polêmicas na Polícia Federal e Receita Federal e nomeação de um Procurador-Geral da República fora da lista tríplice. No Congresso Nacional, foram aprovadas leis na contramão do combate à corrupção, como, por exemplo, a que criou mecanismos que enfraqueceram ainda mais a transparência de partidos e o controle do gasto público em campanhas eleitorais.

<https://transparenciainternacional.org.br/ipc>

Considerando os elementos linguísticos do texto II, julgue os itens a seguir.

11. De acordo com o primeiro parágrafo, a expectativa por um maior combate à corrupção foi uma causa para o elevado índice de renovação política nas eleições de 2018.

12. A conjunção “no entanto” (2º parágrafo) indica o contraste entre uma expectativa e um resultado não satisfatório.

13. Depreende-se do terceiro parágrafo que uma menor transparência nos partidos políticos e nos gastos públicos em campanhas eleitorais são fatores que podem facilitar a corrupção.

14. A vírgula após “O país” (2º parágrafo) poderia ser suprimida, sem prejuízo à correção gramatical.

15. Manteria a correção gramatical e os sentidos originais a substituição da forma “tinham baseado” (1º parágrafo) por “basearam”.

16. Verifica-se ambiguidade estrutural no segmento “Poucos avanços e retrocessos em série aconteceram no arcabouço legal e institucional anticorrupção do país”.

17. Segundo as normas ortográficas vigentes, o vocábulo “anticorrupção” poderia ser grafado com hífen — anti-corrupção —, seguindo a regra de “Procurador-Geral”.

18. No segmento “Viu-se ainda” (3º parágrafo), a próclise é obrigatória pela presença do vocábulo “ainda”.

19. Os termos “do Palácio do Planalto” (3º parágrafo) e “de um Procurador-Geral da República” (3º parágrafo) exercem funções sintáticas idênticas no período em que ocorrem.

20. O vocábulo “ainda”, no primeiro período do 3º parágrafo, expressa valor temporal.

LÍNGUAS ESTRANGEIRAS: INGLÊS OU ESPANHOL

Roberto Witte

Text 1

Read the text and answer questions 21 to 25.

The Optimism Is Unwarranted

The market is highly optimistic, but COVID-19 may not be done with us. Forecasts are highly uncertain, and recent protests will probably make things worse. Economic performance is being artificially boosted by government income support. This expires around the end of July.

Brimming with optimism, some reasons for such optimism

The market's optimism is not baseless. On the medical front, the market crashed in March on worries about the coronavirus pandemic. But coronavirus cases and deaths are trending downward.

On the economic front, the May jobs numbers were unexpectedly good. According to some reports, the US added 2.5M jobs. There has been some worry about a "misclassification" error, but no matter how you analyze it, May was much better than April. So in summary: jobs are coming back, and the coronavirus is no longer something to worry about. **Therefore**, the economy will rebound.

Some bigger reasons for pessimism

Deaths from the coronavirus have been trending down. However, forecasts for the disease are highly uncertain, and they are affected by recent events, and the truth is clear: nobody really knows what will go on from now on.

Furthermore, most of the models used to produce this forecast assume that social distancing measures remain in place or ebb slowly. This may not be happening at all; where I live, people seem to just be worrying less about the virus, going out more, and wearing masks less often. But social distancing certainly isn't happening in the wave of mass protests we've seen over the last week. These could very well seed new clusters of infection. We will have to wait about two weeks to see if there are changes in the infection data as a result of the protests.

If the virus is *not* behind us by fall, this affects schools and universities, daycare arrangements, and nursing homes. Plus, the virus may act like the flu and come back anyway in the fall. All of this is bad for the employment picture and the ability of the economy to produce goods and services.

https://seekingalpha.com/article/4352899-optimism-is-unwarranted?utm_source=push&utm_medium=onesignal&utm_campaign=20-06-10-article-2 (adapted)

21. According to the Text, we can say that, there are only bad expectations concerning the coronavirus and its effects on economy

22. The word "*brimming*" in the sentence "*Brimming with optimism, some reasons for such optimism*" expresses an optimistic opinion.

23. The word "therefore" (paragraph 3) can be replaced without changing the meaning by "hence".

24. The passage "*Social distancing procedures persist in place or recede slowly.*" shows some optimism.

25. The main purpose of the text is to let people know about the main negative aspect of coronavirus related to our country's economic situation.

Text 2

Read the text and answer questions 26 to 30.

Congress Soars to New Heights on Social Media

Democratic lawmakers post more content on Twitter, while the median Republican member now averages more audience engagement than the median Democrat across platforms

BY [PATRICK VAN KESSEL](#), [REGINA WIDIJAYA](#), [SONO SHAH](#), [AARON SMITH](#) AND [ADAM HUGHES](#)

JULY 16, 2020

As social media platforms like Facebook and Twitter have become ingrained in political and popular culture, a new Pew Research Center analysis of every tweet and Facebook post from members of Congress since 2015 finds that the congressional social media landscape has undergone vast changes in recent years.

These shifts have been especially pronounced on Twitter. Compared with a similar time period in 2016, the typical member of Congress now tweets nearly twice as often (81% more), has nearly three times as many followers and receives more than six times as many retweets on their average post. On Facebook, the typical member of Congress produces 48% more posts and has increased their total number of followers and average shares by half.

But although the median Democratic lawmaker is more active on both platforms, through the first five months of 2020 the typical Republican received greater levels of audience engagement (as measured by reactions, shares, favorites and retweets) on both Facebook and Twitter.

<https://www.pewresearch.org/internet/2020/07/16/congress-soars-to-new-heights-on-social-media/>

26 The title of text reveals that the author of this text is confident:

27 The main aim of the new Pew Research Center analysis is to inform policymakers and the public.

28 According to the researchers from the Pew Research Center The number of followers of a typical member of Congress has decreased on Facebook.

29 Instead of *Although* in “But although the median Democratic lawmaker is more active on both platforms” (par 3), the author could have kept the same meaning by using “*Despite the fact that*”.

30 In “Through the first...” (par 3) Through means “the whole time.”

ATUALIDADES

Leandro Signori

O primeiro caso da pandemia pelo novo coronavírus, SARS-CoV2, foi identificado em Wuhan, na China, no dia 31 de dezembro do último ano. Desde então, os casos começaram a se espalhar rapidamente pelo mundo: primeiro pelo continente asiático, e depois por outros países.

Em fevereiro, a transmissão da Covid-19, nome dado à doença causada pelo SARS-CoV2, no Irã e na Itália chamaram a atenção pelo crescimento rápido de novos casos e mortes, fazendo com que o Ministério da Saúde alterasse a definição de caso suspeito para incluir pacientes que estiveram em outros países. No mesmo dia, o primeiro caso do Brasil foi identificado, em São Paulo.

Em março, a Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu o surto da doença como pandemia. Poucos dias depois, foi confirmada a primeira morte no Brasil, em São Paulo. No mesmo dia, dois pacientes que haviam testado positivo para coronavírus, do Rio de Janeiro, vieram a óbito, mas laudos das mortes ainda não foram divulgados.

Disponível em: pebmed.com.br. (com adaptações).

Tendo o fragmento de texto apresentado anteriormente como referência inicial e considerando os aspectos marcantes do mundo atual, julgue os próximos itens.

31. A disseminação do coronavírus levou a adoção de medidas restritivas à circulação de pessoas e aos movimentos migratórios pelo mundo, influenciando narrativas extremistas, xenófobas e antiglobalização.

32. Em meio ao grande crescimento do número de casos de Covid-19 nos Estados Unidos, o governo de Donald Trump expressou extrema intolerância com a China e pressionou o país asiático a retirar medidas protecionistas aplicadas no âmbito da guerra comercial travada entre as duas maiores economias no mundo.

33. Principal consumidor de matéria-prima e um dos maiores fabricantes de produtos industrializados, a China sentiu os efeitos do novo coronavírus na redução da sua atividade econômica, o que impactou as exportações brasileiras para o país asiático e a produção industrial nacional.

Brasil registrou 42.201 crimes violentos letais intencionais (soma de homicídios dolosos, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte) em 2019. O número representa uma queda de 18,9% na comparação com 2018, quando houve 52.057 mortes, e é o menor da série história iniciada em 2015, quando a pasta começou a divulgar os dados.

A redução no ano passado acompanha uma tendência que começou a ser verificada em 2018 – naquele ano, já foi verificada uma redução de 13,6% em relação a 2017. Em 2019, aconteceram 39.776 homicídios dolosos no país (queda de 19% sobre 2018), 1.566 latrocínios (redução de 22,7%) e 859 lesões corporais seguidas de morte (diminuição de 5,6%).

Disponível em: <https://tinyurl.com/y8cohgmq>. Acesso em 28/04/2020.

Com base no estudo referido no trecho anterior e nos seus conhecimentos a respeito da realidade brasileira na atualidade, julgue os itens a seguir:

34. A forma como ocorreu a urbanização brasileira nas últimas décadas não é apontada como uma das causas da elevada violência no país, já que outros países com grande população, como a Índia e a China, possuem indicadores de violência muito diferentes do Brasil.

35. Nas cidades localizadas na faixa de fronteira, os níveis de homicídio geralmente são baixos, pois há um expressivo contingente de oficiais da segurança públicas nesses locais com o intuito de fiscalizar as fronteiras.

36. O crescimento econômico de cidades do interior sem o adequado investimento em segurança pública ocasionou o aumento dos homicídios nessas localidades.

A matriz energética do Brasil é muito diferente da mundial. Por aqui, apesar do consumo de energia de fontes não renováveis ser maior do que o de renováveis, usamos mais fontes renováveis que no resto do mundo. Somando lenha e carvão vegetal, hidráulica, derivados de cana e outras que se renovam, a participação das fontes renováveis corresponde a mais de 40% da matriz energética brasileira.

A respeito desse tema, julgue os itens 37 e 38.

37. A biomassa, utilizada para geração de energia elétrica nas termelétricas, é a mais expressiva fonte de energia renovável da matriz elétrica brasileira.

38. A expansão da energia eólica no Brasil ocorre principalmente no Nordeste, onde estão instalados a maioria dos parques, mas o Rio Grande do Sul também desponta como um importante estado na produção de energia por meio dos ventos.

A Amazônia é uma grande região natural do continente sul-americano, que tem como característica uma extensa bacia hidrográfica e uma vegetação de floresta densa e úmida. O aumento das queimadas em 2019, sobretudo no mês de agosto, no Brasil, tornou o bioma um dos principais assunto internacionais à época.

Com base no enunciado e nos seus conhecimentos a respeito do tema e dos múltiplos aspectos a ele relacionados, julgue os itens 39 e 40.

39. A pressão exercida pelas atividades econômicas ligadas à extração madeireira e à abertura de novas áreas para a agricultura e pecuária vem provocando, historicamente, grande parte dos processos de queimada e desflorestamento da Amazônia.

40. Embora consideradas nocivas para a atmosfera, pois liberam gás carbono, intensificando o efeito estufa, o método das queimadas é um ótimo fertilizante para o solo amazônico, caracterizado por ser naturalmente pobre em nutrientes.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

41. Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, ao defensor, no interesse do representado, é assegurado amplo acesso aos elementos de prova que já estão documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária.

42. Caso: Para viabilizar o repasse direto de verbas públicas às escolas, conferindo-lhes maior autonomia na aplicação dos recursos, conforme as necessidades de cada localidade, foram criadas Caixas Escolares, que embora instituídas e mantidas pelo Poder Público, são sociedades civis com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos. **Assertiva:** As Caixas Escolares, porque são entidades voltadas diretamente à prestação de serviços de

educação e recebem recursos públicos via conta específica, estão submetidas ao regime geral de precatórios para o pagamento de suas dívidas, conforme previsto no artigo 100 da Constituição Federal.

43. Não fere a autonomia municipal dispositivo da Constituição estadual que define a composição do Tribunal de Contas do Município, ainda que a quantidade de Conselheiros seja inferior à quantidade de Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado.

44. Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, compete aos estados o poder de fechar fronteiras e o de regulamentar o transporte intermunicipal para realizar barreiras sanitárias eficazes no controle à pandemia causada pela COVID-19.

45. A Constituição Federal a todos assegura o acesso à informação. Entretanto, os direitos fundamentais não são absolutos e podem ser relativizados em situações de conflito com outros direitos. Dessa forma, a suspensão provisória, durante o período da pandemia causada pela COVID-19, dos prazos de resposta a pedidos de acesso à informação nos órgãos ou nas entidades da administração pública cujos servidores estejam sujeitos a regime de quarentena, teletrabalho ou equivalentes não afronta a proteção constitucional aos direitos fundamentais.

46. O Supremo Tribunal Federal, excepcionalmente, dispensou a atuação da Comissão Mista, durante a emergência em Saúde Pública de importância nacional e o estado de calamidade pública decorrente da COVID-19, na apreciação de medidas provisórias.

47. A decisão de mérito proferida pelo Senado Federal, no processo de *impeachment* instaurado contra o Presidente da República, por crime de responsabilidade, é irrecorrível.

48. O Presidente da República, no prazo de quinze dias úteis, por razões de inconstitucionalidade ou de interesse público, pode vetar projetos de lei. O veto motivado por inconstitucionalidade poderá ser questionado ao Supremo Tribunal Federal por meio da arguição de descumprimento de preceito fundamental.

49. Juízes substitutos não estão alcançados pela cláusula constitucional da inamovibilidade.

50. A respeito das finanças públicas, conforme disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que o Banco Central não pode conceder empréstimo a entidade que não seja instituição financeira.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodolfo Pena

51. Com relação ao regime jurídico administrativo, julgue o item a seguir.

O princípio da juridicidade, de acordo com a doutrina moderna, é tido como uma evolução do princípio da legalidade e confere uma maior margem de liberdade ao administrador em sua atuação.

52. Quanto às transformações contemporâneas do Direito Administrativo, julgue o item subsequente.

Com a constitucionalização do Direito Administrativo e do Direito em geral, a Constituição passa a ser o centro do ordenamento jurídico, devendo ocorrer uma releitura de todo ordenamento administrativo para que seja interpretado em conformidade com a Constituição Federal. Com isso, ganha relevância a ideia de função normativa dos princípios, que deixam de ser meros vetores de interpretação e se tornam normas primárias ao lado das regras.

53. No que diz respeito aos órgãos administrativos, julgue o item a seguir

O Senado Federal, como órgão público, não possui personalidade jurídica, devendo os seus atos serem imputados à União, possuindo, porém, personalidade ou capacidade judiciária para defender interesses institucionais em nome próprio perante o poder judiciário.

54. No que diz respeito às entidades administrativas integrantes da Administração Pública indireta, julgue o próximo item.

As empresas públicas se diferenciam das sociedades de economia mista em razão de o seu capital social pertencer integralmente ao Ente Público que autorizou a sua criação, não cabendo a participação de qualquer outra entidade, mesmo que seja um Ente Público ou integrante da Administração Pública indireta.

55. No que diz respeito à organização da administração pública e à atividade regulatória, julgue o item subsequente.

Somente as agências reguladoras podem exercer a atividade de regulação, que abrange, em geral, as atividades administrativas clássicas, o poder normativo e as atividades judicantes de caráter não definitivo.

56. No que diz respeito aos poderes administrativos, julgue a assertiva a seguir.

Um dos atributos do Poder de Polícia, a autoexecutoriedade pode ser subdividida em duas subespécies, a exigibilidade, que consiste na possibilidade de utilização de meios coercitivos indiretos e a executoriedade, que consiste na possibilidade de utilização de meios coercitivos diretos.

57. No que diz respeito aos poderes administrativos, julgue a assertiva a seguir.

É possível aos Municípios realizar a delegação do Poder de Polícia às suas respectivas Guardas Municipais.

58. No que diz respeito aos atos administrativos, julgue a assertiva a seguir

No âmbito da Administração Pública, o silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.

59. Suponha que uma empresa contratada pelo Estado para prestação de serviços terceirizados de limpeza tenha requerido administrativamente a revisão do contrato em razão da variação dos componentes dos custos do contrato e o seu respectivo reajuste para fazer frente à inflação do período. Neste caso,

Em relação à revisão, deve ser deferido, em razão de ser decorrente de fatos supervenientes e imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis.

60. Suponha que uma empresa contratada pelo Estado para prestação de serviços terceirizados de limpeza tenha requerido administrativamente a revisão do contrato em razão da variação dos componentes dos respectivos custos e o seu reajuste para fazer frente à inflação do período. Neste caso,

Em relação ao reajuste, o pedido somente será deferido se decorrido um ano da data da proposta ou do orçamento a que ela se referir e apenas se houver expressa previsão no contrato.

61. Com relação à licitação, julgue o item seguinte.

A igualdade de condições dos concorrentes em licitações, embora seja enaltecida pela Constituição (art. 37, XXI), pode ser relativizada por duas vias pela lei, mediante o estabelecimento de condições de diferenciação exigíveis em abstrato e pela autoridade responsável pela condução do processo licitatório, que poderá estabelecer elementos de distinção circunstanciais, de qualificação técnica e econômica, sempre vinculados à garantia de cumprimento de obrigações específicas.

62. Com relação à licitação, julgue o item seguinte.

As contratações realizadas durante o período de calamidade pública, decorrente da Pandemia da Covid-19, podem ser realizadas pelo Regime Diferenciado de Contratação previsto na lei 12.462/2011, qualquer que seja a situação.

63. Com relação à licitação, julgue o item seguinte.

Embora diversas regras tenha flexibilizado as disposições acerca da licitação no período de calamidade pública decorrente da COVID-19, mesmo neste período, a pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, tendo em vista se tratar de previsão constitucional.

64. Com relação aos serviços públicos, julgue o item subsequente

Salvo situações excepcionais, devidamente comprovadas, o implemento de transporte público coletivo pressupõe prévia licitação.

65. Com relação aos serviços públicos, julgue o item subsequente

O não encaminhamento de projeto de lei de revisão anual dos vencimentos dos servidores públicos não enseje direito subjetivo a indenização, não sendo necessário ao Poder Executivo se pronunciar com relação a ausência de propositura da revisão.

66. Suponha que um agente público federal tenha cometido um ato infracional que também seja previsto como crime na lei penal. No processo criminal, sofreu condenação, porém, no Processo Administrativo Disciplinar, ainda não houve decisão final. Neste caso,

O prazo prescricional com relação à aplicação de sanção disciplinar no âmbito administrativo deverá ser aquele previsto na lei penal para a mesma conduta que é capitulada como crime, devendo ser computado o prazo de acordo com a pena em abstrato.

67. Com relação à lei anticorrupção (lei 12.846/2013), julgue o item a seguir.

O acordo de leniência celebrado na esfera administrativa entre a administração pública e pessoa jurídica de direito privado, em razão da identificação de conduta ilícita prevista na referida norma, não tem o condão de eximir a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado na esfera cível.

68. Com relação à responsabilidade civil do Estado, julgue a assertiva a seguir

A existência de causa excludente de ilicitude penal não impede a responsabilidade civil do Estado pelos danos causados por seus agentes.

69. Com relação à responsabilidade civil do Estado, julgue a assertiva a seguir

É dever do Estado manter em seus presídios padrões mínimos de humanidade previstos no ordenamento jurídico, razão pela qual deve indenizar os presos pelos danos sofridos, inclusive morais, desde que comprovados, em razão da falta ou insuficiência das condições legais de encarceramento

70. Com relação à intervenção do Estado na propriedade, julgue a assertiva subsequente.

Os bens expropriados, uma vez incorporados à fazenda pública, não podem ser objeto de reivindicação, salvo no caso de esta ser fundada em nulidade do processo de desapropriação.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

71. Em relação à Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942, com a redação da Lei nº 12.376/2010) é INCORRETO afirmar que quando a sucessão incidir sobre bens de estrangeiro residente, em vida, fora do Brasil, será aplicada a lei do país de domicílio do defunto, quando esta for mais favorável ao cônjuge e aos filhos brasileiros,

mesmo que todos os bens estejam localizados no Brasil.

72. Não é requisito para que a sentença proferida no estrangeiro seja executada no Brasil que ela tenha sido homologada pelo Superior Tribunal de Justiça.

73. Não pode requerer que se declare a ausência e se abra provisoriamente a sucessão aquele que tiver sobre os bens do ausente direito dependente de sua morte.

74. A República Federativa do Brasil é pessoa jurídica de direito público interno, quando se relaciona com outros países.

75. O negócio jurídico não será considerado nulo quando for celebrado por pessoa que não consegue exprimir sua vontade por causa permanente.

76. Não cabe a indenização por danos morais em benefícios às pessoas jurídicas.

77. A pessoa jurídica restará obrigada pelo negócio jurídico resultante de ato de seu administrador, ainda que esse ato tenha excedido o limite definido em seu ato constitutivo.

78. Em relação à responsabilidade civil do Estado por omissão, é correto afirmar que é objetiva quando relativa a atividade naturalmente perigosa.

79. Em relação à mora, é correto afirmar que não havendo fato ou omissão imputável ao devedor, não incorre este em mora.

80. São fungíveis os imóveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.

81. Uma pessoa desaparecida após o desabamento do prédio que morava, que possuía 20 andares, somente poderá ter declarada a sua morte presumida após dois anos do ocorrido.

82. São fungíveis os imóveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.

83. O ente de fiscalização do exercício profissional é pessoa jurídica de direito privado.

84. As benfeitorias são agregadas ao bem principal, ao contrário dos frutos e produtos, que dele se originam.

85. O prazo para o pedido de reembolso de despesas médico-hospitalares em contratos de plano e seguro de saúde é de cinco anos, pois dívida oriunda de instrumento particular.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanches

86. Os atos do empresário impedido são considerados anuláveis sem prejuízo da responsabilidade pessoal pelas obrigações contraídas.

87. A incapacidade civil em conjunto com a condenação por crimes contra a administração pública são fatores de impedimento para o exercício da empresa por empresário ou sócio de sociedade empresária.

88. A alienação do imóvel da empresa por empresário não exige outorga conjugal, seja qual for o regime de bens do casal.

89. A Sociedade Unipessoal na forma limitada pode ser constituída por uma única pessoa.

90. A sociedade limitada pode ser modalidade de sociedade simples, ainda que não sejam empresariais.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rodrigo Vaslin

91. Em regra, apenas a União está autorizada a produzir/criar normas de Direito Processual Civil. No entanto, Lei Complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas relacionadas ao tema.

92. No que concerne ao direito intertemporal, o CPC estabeleceu que as ações ajuizadas sob o rito do procedimento sumário e que não tiveram sentença proferida até a entrada em vigor do novo código, deveriam ser extintas sem julgamento de mérito.

93. De acordo com o Código de Processo Civil, o ônus da impugnação específica não é aplicável à Fazenda Pública.

94. Caso o Distrito Federal esteja no polo passivo de uma demanda jurisdicional, sua citação deverá ser realizada, preferencialmente, por oficial de justiça.

95. A ação em que o incapaz for réu será proposta no foro de domicílio de seu representante ou assistente.

96. Quando interposto pela parte recurso extraordinário e(ou) especial, caberá recurso adesivo no mesmo prazo estabelecido para as contrarrazões. No entanto, caso o recurso principal seja considerado como inadmissível, o recurso adesivo não será conhecido.

97. No que se refere aos recursos, a insuficiência no valor do preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, implicará deserção se o recorrente, intimado na pessoa de seu advogado, não vier a supri-lo no prazo de 15 (quinze) dias.

98. A competência para processar e julgar demandas cíveis com pedidos ilíquidos contra massa falida, quando em litisconsórcio passivo com pessoa jurídica de direito público, é do juízo cível no qual for proposta a ação de conhecimento, competente para julgar ações contra a Fazenda Pública, de acordo as respectivas normas de organização judiciária.

99. Ao magistrado é vedado determinar o comparecimento pessoal das partes, para inquiri-las sobre os fatos da causa, depois de já encerrada a fase de instrução.

100. É lícito às partes, em qualquer tempo, juntar aos autos documentos novos, quando destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados ou para contrapô-los aos que foram produzidos nos autos.

DIREITO PENAL

Michael Procópio Avelar

Julgue os itens a seguir.

101. Com o advento do finalismo, o dolo passou a ser considerado natural, também denominado de *dolus bonus*. A consciência da ilicitude, que antes o integrava, passou a ser elemento da culpabilidade.

102. Segundo o STF, a imunidade material parlamentar exige, no caso de pronunciamentos fora da Casa Legislativa, de demonstração de vínculo com o mandato para evitar a responsabilização penal.

103. O servidor do Senado que deixa de praticar ato de ofício, cedendo a pedido ou influência de outrem, comete o crime de prevaricação.

104. Desde a perspectiva finalista de Hans Welzel, entende-se que a culpabilidade tem como elemento a consciência da ilicitude, seja atual, seja ao menos potencial. Para a análise da consciência da ilicitude, não se exige o conhecimento técnico pelo agente. Basta, assim, a chamada valoração paralela na esfera do profano.

105. O policial legislativo que exige, para si ou para outrem, indiretamente e fora da função, mas em razão dela, vantagem indevida, comete o crime de corrupção passiva.

106. João, desempregado, subtrai equipamentos do Serviço Médico de Urgência do Senado Federal. Referidos equipamentos seriam utilizados para atendimento emergencial no caso de sintomas de Covid-19. João deve responder pelo crime de furto majorado.

107. O Senador Johnson Lombroso usou verba parlamentar destinada a deslocamentos para pagamento de alimentação. Questionado pelo controle interno do Senado, alegou que havia compreendido que a verba se destinava a qualquer despesa premente da sua viagem funcional.

Penalmente, o Senador pode alegar erro de tipo permissivo, o que só possibilita a sua punição a título de culpa, se houver previsão de tal modalidade.

108. O indulto extingue os efeitos primários da condenação (pretensão executória), mas não atinge os efeitos secundários, penais ou extrapenais.

109. Segundo o STF, a prática de homotransfobia se amolda aos tipos penais da Lei 7.716/89, já que a divisão dos seres humanos em raças resulta de um processo de conteúdo meramente político-social. Referida repressão penal, entretanto, não alcança nem restringe ou limita o exercício da liberdade religiosa, qualquer que seja a denominação confessional professada, desde que tais manifestações não configurem discurso de ódio

110. De acordo com recente julgado do STF, o crime de desacato exige um menosprezo da própria função pública exercida pelo agente, mas não que o ato perturbe ou obstrua a execução das funções do funcionário público.

111. Conforme entendimento pacífico no STJ, a pronúncia é causa interruptiva da prescrição, desde que o Tribunal do Júri venha a desclassificar o crime.

112. Na hipótese de condenação por infrações às quais a lei comine pena máxima superior a 6 (seis) anos de reclusão, poderá ser decretada a perda, como produto ou proveito do crime, dos bens correspondentes à diferença entre o valor do patrimônio do condenado e aquele que seja compatível com o seu rendimento lícito.

113. Atualmente, o limite máximo de duração da pena privativa de liberdade, seja de reclusão ou de detenção, é de 40 anos. A pena unificada para atender a referido limite não é considerada para a concessão de outros benefícios, como o livramento condicional ou regime mais favorável de execução.

114. Pedro Malandrino, de vinte e cinco anos de idade, convidou Laura, rica empresária, de trinta anos de idade, para uma festa em uma casa noturna. Lá, adicionou uma substância entorpecente na bebida da mulher e, com isso, fez com que ela adormecesse sobre o balcão de bebidas. Aproveitou-se, então, e subtraiu da sua bolsa uma grande quantia em dinheiro e deixou o local.

Pedro Malandrino praticou o crime de furto mediante fraude.

115. Nos termos do inciso IV do artigo 117 do Código Penal, o acórdão condenatório sempre interrompe a prescrição, inclusive quando confirmatório da sentença de 1º grau, seja mantendo, reduzindo ou aumentando a pena anteriormente imposta.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Leonardo Tavares

116. A respeito do instituto despenalizador 'acordo de não persecução penal', expressamente incorporado ao CPP com a Lei 13.964/2019 (Pacote Anticrime), julgue o seguinte item.

Não representa empecilho ao oferecimento do acordo o fato de o acusado ter sido beneficiado nos últimos 5 (cinco) anos pela transação penal ou suspensão condicional do processo, na medida em que são institutos que não se confundem e têm requisitos próprios.

117. De acordo com o entendimento sumulado do STF, não é nula a citação por edital que indica o dispositivo da lei penal, embora não transcreva a denúncia ou queixa, ou não resuma os fatos em que se baseia.

118. O domicílio ou residência da vítima constitui critério de fixação de competência adotado pelo Código de Processo Penal.

119. Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.

120. Decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 90 (noventa) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal.

121. A autoridade policial pode determinar, de ofício, a instauração de inquérito policial a respeito de crimes de ação penal pública condicionada, porquanto o implemento da representação nessas espécies de crime apenas concerne à fase judicial da persecução penal - não à fase investigativa.

122. Pelas atuais disposições do Código de Processo Penal, caso a vítima se insurja, tempestivamente, contra o arquivamento do inquérito policial, os autos serão remetidos ao juiz singular para decisão definitiva sobre a matéria.

123. Considere a seguinte situação hipotética. Noticia-se à polícia o roubo de uma motocicleta praticado por dois homens, que teriam se utilizado de um facão e uma espingarda artesanal para subjugar a vítima. Uma hora depois do ocorrido, policiais militares em ronda acabam por encontrar os dois agentes empurrando, ladeira acima, a motocicleta objeto do roubo. Em abordagem aos suspeitos, os policiais encontram o facão e a espingarda artesanal antes noticiadas.

De acordo com o caso apresentado, julgue o seguinte item:

Trata-se de hipótese de flagrante impróprio, sendo de rigor a prisão em flagrante dos agentes.

124. Consoante o entendimento sumulado do STF, transitada em julgado a sentença condenatória, compete ao Juízo da condenação a aplicação de lei mais benigna.

125. A denúncia deverá ser rejeitada quando constatado que o fato narrado evidentemente não constitui crime.

DIREITO DO TRABALHO

Priscila Ferreira

126. A Lei no 13.467, de 2017, estabeleceu parâmetros para as indenizações por dano extrapatrimonial decorrentes de atividade de trabalho, acerca do tema, julgue o item a seguir:

(...) A indenização por danos materiais poderá ser pedida cumulativamente com reparação por danos extrapatrimoniais, salvo se decorrentes do mesmo ato lesivo.

127. Acerca do instituto do aviso-prévio, julgue o item a seguir:

(...) O empregador que tomar ciência de alguma conduta faltosa do empregado durante o aviso prévio, poderá converter sua dispensa imotivada em dispensa por justa causa, quando o empregado perderá o direito ao restante do respectivo período de aviso prévio.

128. Em relação à duração do trabalho, aos períodos de descanso e ao trabalho noturno, conforme legislação trabalhista aplicável, julgue o item a seguir:

(...) As variações de horário no registro de ponto não excedentes de dez minutos, observado o limite máximo de quinze minutos diários, não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária.

129. Acerca dos contratos de trabalho celebrados com a Administração Pública sem concurso público, após a Constituição Federal de 1988, julgue o item a seguir:

(...) O contrato de trabalho é nulo, somente conferindo ao trabalhador direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário-mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS.

130. No que tange a terceirização, julgue o item a seguir:

(...) O Supremo Tribunal Federal, ao decidir sobre a terceirização, na ADPF nº 324, explicitou que não se configura relação de emprego entre a empresa tomadora de serviço e o trabalhador terceirizado, em nenhuma hipótese, tanto na atividade-meio, quanto na atividade-fim.

131. Acerca dos contratos de trabalho quanto a sua interrupção e suspensão, julgue o item a seguir:

(...) A aposentadoria por invalidez acarreta a suspensão do contrato de trabalho e possibilita a liberação dos depósitos do fundo de garantia do tempo de serviço.

132. Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, com a redação dada pela Lei nº 13.874/2019, acerca da duração do trabalho, julgue o item a seguir:

(...) Fica permitida a utilização de registro de ponto por exceção à jornada regular de trabalho, mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.

133. Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, com a redação dada pela Lei nº 13.874/2019, acerca da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, julgue o item a seguir:

(...) O empregador terá o prazo de cinco dias para anotar na CTPS, em relação aos trabalhadores que admitir, a data de admissão, a remuneração e as condições especiais, se houver, facultada a adoção de sistema manual, mecânico ou eletrônico, conforme instruções a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho.

134. Com relação ao salário e à remuneração, julgue o item a seguir:

(...) As gorjetas cobradas pelo empregador na nota de serviço integram a remuneração do empregado e servem de base de cálculo para as parcelas de aviso-prévio.

135. No que diz respeito a grupo econômico, julgue o item subsequente, considerando a jurisprudência do TST.

(...) Para a justiça do trabalho, a existência de sócios em comum entre duas empresas basta para a configuração de grupo econômico e, conseqüentemente, para responsabilização solidária entre elas.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Lucas Pessoa

136. De acordo com o entendimento sumulado pelo TST – Tribunal Superior do Trabalho, é correto afirmar que o jus postulandi das partes, estabelecido no art. 791 da CLT, limita-se às Varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho, alcançando a ação rescisória, a ação cautelar, mas não o mandado de segurança e os recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho.

137. Não se presta o dissídio coletivo de natureza jurídica à interpretação de normas de caráter genérico.

138. Das decisões das turmas do TST que divergirem entre si ou das decisões proferidas por seção de dissídios individuais cabem embargos de divergência no prazo de oito dias, os quais serão julgados pelo Pleno do TST.

139. O direito processual comum será aplicado sempre que houver omissão no direito processual trabalhista.

140. O seguimento de recurso de revista que não demonstre transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica poderá ser denegado monocraticamente pelo relator, não cabendo recurso dessa decisão.

141. O depósito recursal poderá ser substituído por fiança bancária ou seguro garantia judicial.

142. Em se tratando de empregador que promova realização de atividades fora do lugar do contrato de trabalho, é assegurado ao empregado apresentar reclamação no foro da celebração do contrato ou no de seu domicílio.

143. Os atos processuais serão públicos, salvo quando o contrário determinar o interesse social, e realizar-se-ão nos dias úteis das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.

144. Em execução trabalhista movida por empregado celetista, da decisão proferida nos embargos à execução que seja desfavorável ao Estado, incumbirá ao Advogado do Senado interpor recurso ordinário.

145. O prazo para apresentação de exceção de incompetência territorial é de 8 dias.

DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL

Felipe Cavalcante

A respeito do regime de previdência complementar, julgue os itens subsequentes:

146. Os planos fechados de previdência complementar devem garantir o direito de portabilidade dos valores acumulados pelo participante, o qual poderá ser exercido a qualquer momento.

147. O servidor que vier a ingressar no serviço público após a instituição de regime de previdência complementar não será vinculado ao regime próprio de previdência social, pois estará compulsoriamente vinculado ao novo modelo de previdência privada.

148. O ingresso em regime de previdência privada é facultativo mas, uma vez feita a opção pelo servidor, esta será irretratável.

149. A Emenda Constitucional n. 103/19 alterou diversos aspectos do Regime Geral de Previdência Social. Uma das principais mudanças foi a extinção da aposentadoria por idade, que atualmente subsiste apenas em regras de transição.

150. Após a edição da Emenda Constitucional n. 103/19, a aposentadoria por incapacidade permanente no RGPS decorrente de lesão não relacionada ao trabalho terá o valor de 60% da média aritmética simples dos salários-de-contribuição correspondentes a 100% do período contributivo prestado desde julho de 1994, acrescida de 2 pontos percentuais para cada ano de contribuição que exceda o tempo de 20 anos (homens) ou 15 anos (mulheres).

DIREITO ELEITORAL

Ricardo Torques

A Constituição Federal apresenta importantes disposições sobre a Justiça Eleitoral. Com base no texto constitucional e na jurisprudência dominante, julgue as assertivas abaixo:

151. São órgãos da Justiça Eleitoral apenas o Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais e os Juízes Eleitorais.

152. O Tribunal Superior Eleitoral poderá composto por dez membros e todos serão escolhidos mediante eleição em escrutínio secreto.

153. O Presidente do Tribunal Superior Eleitoral será eleito dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal e o Vice-Presidente dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

Com base nas disposições constitucionais sobre os direitos políticos e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue os itens.

154. As hipóteses de inelegibilidade constitucionais são aplicáveis apenas às eleições regulares, não sendo cabíveis quando da realização de eleições suplementares.

155. A União detém competência legislativa privativa para tratar sobre direito eleitoral e, por esse motivo, a Assembleia Legislativa não pode estabelecer novas condições de elegibilidade para os candidatos a juiz de paz.

O Código Eleitoral (Lei nº 4.737/65) apresenta normas destinadas a assegurar a organização e o exercício de direitos políticos, principalmente os de votar e ser votado. Com base na legislação, julgue as assertivas:

156. Sem a prova de que votou na última eleição, pagou a respectiva multa ou se justificou devidamente, o eleitor não poderá obter empréstimos nas autarquias mantidas pelo governo.

157. O Brasil não permite a candidatura avulsa e nenhum registro será admitido fora do período de seis meses antes da eleição.

158. O recurso contra expedição de diploma caberá, dentre outras hipóteses, nos casos de inelegibilidade superveniente ou de natureza constitucional. Em se tratando de inelegibilidade superveniente, se formulada no âmbito do processo de registro, não poderá ser deduzida no recurso contra expedição de diploma.

A Lei nº 9.096/95 (Lei dos Partidos Políticos) define a natureza jurídica dos partidos, assegura a autonomia e normas para organização e funcionamento. Julgue os itens abaixo com fundamento na legislação:

159. Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito privado destinadas a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a

defender os direitos fundamentais constitucionais. Embora dotadas de personalidade privada, os partidos políticos poderão, eventualmente, ser equiparados às entidades paraestatais.

160. Os partidos políticos gozam de autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento. No entanto, a lei limita a 8 anos o prazo de duração dos mandatos dos membros de seus órgãos permanentes ou provisórias.

DIREITO FINANCEIRO

Vanessa Arns

161. É permitida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo, desde que com oferta de garantia pelo ente federado.

162. O ente da Federação cuja dívida tiver sido honrada pela União ou por Estado, em decorrência de garantia prestada em operação de crédito, terá suspenso o acesso a novos créditos ou financiamentos até a liquidação de ao menos 30 (trinta) por cento da mencionada dívida.

163. Para ajudar na reconstrução do Museu Nacional do Rio de Janeiro, Pedro, um apaixonado por história do Brasil, doou sua coleção de quadros. A doação de quadros de um apaixonado por artes a um museu é uma espécie de receita pública originária.

164. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, incluídas nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.

165. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

166. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

167. Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, mas não incorrerão em responsabilidade solidária.

168. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do poder judiciário.

169. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

170. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Mateus Pontalti

Julgue as afirmativas a seguir, que versam sobre imunidades tributárias:

171. Não incide o ICMS sobre o serviço de transporte de encomendas realizado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, tendo em vista a imunidade recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal.

172. A imunidade recíproca, prevista no art. 150, VI, a, da Constituição não se estende a empresa privada arrendatária de imóvel público, quando seja ela exploradora de atividade econômica com fins lucrativos.

173. A imunidade tributária subjetiva aplica-se a seus beneficiários quando eles forem contribuintes de direito ou contribuintes de fato.

174. A imunidade tributária recíproca exonera o sucessor das obrigações tributárias relativas aos fatos jurídicos tributários ocorridos antes da sucessão.

Sobre legislação tributária, julgue os itens a seguir:

175. A expressão "legislação tributária" compreende apenas as leis, os tratados e as convenções internacionais, bem como as demais fontes primárias.

176. A lei aplica-se a ato pretérito quando deixe de defini-lo como infração, desde que ele não tenha sido definitivamente julgado.

Um município notificou determinada instituição educacional, com fins lucrativos, a pagar IPTU referente a fato gerador ocorrido em 2018, em razão da propriedade de um terreno localizado no centro da cidade, o qual é utilizado como estacionamento pago. O fisco municipal cobrou da entidade, além dos juros e correção monetária, multa moratória no percentual de 20% sobre o valor principal. Em 2019, foi publicada a Lei Municipal 12.000/2019, que reduziu a multa moratória para 10% sobre o valor do débito. Na época da edição da nova lei, o processo administrativo fiscal ainda tramitava, porque a instituição recorreu da decisão que manteve o Auto de Infração. Com base nas informações acima julgue os itens a seguir:

177. Aplica-se ao caso uma hipótese de imunidade tributária, razão pela qual inexistente relação jurídica que obrigue a entidade educacional a pagar os valores cobrados pela municipalidade.

178. A entidade educacional deverá pagar o valor principal acrescido de correção monetária, juros moratórios e da multa de 10%, prevista na Lei Municipal 12.000/2019.

179. De acordo com a jurisprudência do STF, a majoração da base de cálculo do IPTU pode ser feita por decreto do prefeito municipal.

180. É inconstitucional a Emenda Constitucional nº 29, de 2000, no que estabeleceu a possibilidade de previsão legal de alíquotas progressivas para o IPTU de acordo com o valor do imóvel.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO

Vanessa Arns

181. A execução no Brasil de decisão interlocutória estrangeira concessiva de medida de urgência dar-se-á por carta rogatória.

182. Caso um interessado pretenda fazer valer a eficácia, no Brasil, de decisão estrangeira de divórcio consensual ou conflituoso, deverá requerer ao STJ a respectiva homologação.

183. Quando dispensada a homologação para que a sentença estrangeira produza efeitos no Brasil, a decisão concessiva de medida de urgência dependerá, para produzir efeitos, de ter sua validade expressamente reconhecida pelo juiz competente para dar-lhe cumprimento, dispensada a homologação pelo Superior Tribunal de Justiça.

184. Para o direito brasileiro, na hipótese de um domiciliado no Brasil e uma domiciliada na Itália vierem a se casar e estabelecer como domicílio comum primeiro o Brasil e depois a Itália, o regime de bens será sempre regulado pela legislação italiana.

185. O Protocolo de Brasília (1991), que costumava tratar de solução de controvérsias no âmbito do Mercosul, no entanto, foi revogado pelo Protocolo de Olivos (2002).

186. O gozo de direitos políticos por brasileiros em Portugal e por portugueses no Brasil só será reconhecido aos que tiverem três anos de residência habitual e depende de requerimento à autoridade competente.

187. O ajuizamento de demanda no Brasil constitui óbice à homologação de sentença estrangeira.

188. Compete à autoridade judiciária brasileira o processamento e o julgamento da ação quando houver cláusula de eleição de foro exclusivo estrangeiro em contrato internacional, arguida pelo réu na contestação.

189. Uma Parte não pode invocar as disposições do seu direito interno para justificar o incumprimento de um tratado.

190. A Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, de 1969, conceitua como tratado o acordo internacional concluído por escrito entre Estados e regido em conformidade com o direito internacional, desde que sua denominação se inicie por um dos seguintes termos: tratado, acordo ou pacto.

DIREITO DIGITAL

Paulo Sousa

191. Nas relações de consumo, as cláusulas abusivas são aquelas passíveis de anulação, inclusive quando previstas nos contratos de adesão.

192. Um produto é considerado defeituoso pelo fato de uma nova versão sua mais moderna ser lançada no mercado.

193. É enganosa, dentre outras a publicidade discriminatória de qualquer natureza, a que incite à violência, explore o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança, desrespeite valores ambientais, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança.

194. As cláusulas que implicarem limitação de direito do consumidor deverão ser redigidas com destaque, permitindo sua imediata e fácil compreensão.

195. Em relação à Lei nº 9.610/98, que dispõe sobre os direitos autorais, é correto afirmar que:

Para se identificar como autor, deverá o criador da obra literária, artística ou científica usar de seu nome civil, completo ou abreviado até por suas iniciais.

196. Em relação à Lei nº 9.610/98, que dispõe sobre os direitos autorais, é correto afirmar que:

Não constitui ofensa aos direitos autorais a reprodução na imprensa diária ou periódica, de notícia ou de artigo informativo, publicado em diários ou periódicos, com a menção do nome do autor, se assinados, e da publicação de onde foram transcritos.

197. A disciplina do uso da internet no Brasil tem como fundamento o respeito à liberdade de expressão, bem como o reconhecimento da escala regional da rede.

198. O responsável pela transmissão, comutação ou roteamento da internet tem o dever de tratar de forma isonômica quaisquer pacotes de dados, sem distinção por conteúdo, origem e destino, serviço, terminal ou aplicação.

199. A disciplina da proteção de dados pessoais tem como fundamento a mitigação da intimidade, da honra e da imagem.

200. O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado independentemente do fornecimento de consentimento pelo seu titular.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-Advogado-Senado-Federal-16-08-20>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores.

Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>